



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 062

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE JUNHO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Ratinho Júnior e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendo a Sessão por um minuto para que possamos cumprimentar o ilustre senador Tuma, que muito nos honra com sua presença nesta Casa.

(Aplausos)

Reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o art. 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995. (Lei Florestal) **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. EMENDA DA CCJ COM PARECER FAVORÁVEL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino com sede e foro no Município de Paranaguá Estado do Paraná, sito à Rua das Safiras, 25 - Jardim Ouro Fino. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 730/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Leif Peter Karlsten. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 74/204, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situado no perímetro urbano do Município. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar, nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2004, que altera dispositivos para instituição da modalidade "Diárias" a título de indenização de despesas de alimentação. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Barbosa Neto e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 081/2004

A presente emenda modificativa tem por objetivo modificar a redação e suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário” do artigo 5º do Projeto de Lei Complementar nº 008/2204, conforme redação a seguir:

“Art. 5º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir do dia 01 de novembro de 2004”.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, WALDIR LEITE e ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal.

Já com relação a vigência da presente Lei Complementar, o que se objetiva é inviabilizar a utilização das “diárias”, como instrumento de uso eleitoreiro.

O projeto voltará à Comissão de Constituição e Justiça. Como está também aprovada no requerimento da Sessão anterior para transformar em Comissão Geral, automaticamente ele virá para a Sessão na Ordem do dia de amanhã.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Foz do Iguaçu, o Lote Urbano nº 13, da quadra 33, da Zona A, situado naquele Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o item 6, queiram levantar-se.

(Pausa)

Vinte e um senhores Deputados aprovam. Está **aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2004, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Foz do

Iguaçu, os lotes das quadras 18 e 30 do Loteamento Vila Yolanda, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2004, que autoriza o Poder Executivo ceder ao Poder Judiciário imóvel de propriedade do Estado do Paraná situado nesta capital, destinado à implantação do Centro Judiciário do Ahú. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2004, de autoria do Deputado Hermes da Fonseca Filho. Denomina Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho, o trecho da PR-420, entre Agudos do Sul - divisa Paraná/Santa Catarina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2004, que objetiva autorização para aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 076/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a realizar operação de aumento de capital social na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de 2003 nos registros contábeis da Companhia, observados os seguintes termos:

I - o aumento de capital social ora autorizado terá como valor a cifra de R\$ 397.382.886,79 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e nove centavos):

II - a subscrição deverá ocorrer com a emissão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal:

III - o preço de emissão das ações para efeito do aumento de capital ora autorizado será de R\$ 1,95 (um real, noventa e cinco centavos).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) PODE EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 76/2004

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo em seu artigo 1º autorização para realização de operação de aumento de capital social na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de 2003, nos registros cabíveis da Companhia.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia o resultado da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, cuja operação decorrerá redução do nível de endividamento da SANEPAR, o que proporcionará substancial aumento, de sua capacidade de investimento, vem ao encontro do interesse público, sendo pois a medida de maior benefício à população paranaense.

Merece destacar que conforme o disposto no inciso XX do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná, o voto dos conselheiros da SANEPAR foi condicionado à obtenção de autorização desta augusta Casa de leis.

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estarão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é Favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 76/2004

“Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, que visa aumentar o capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme cópia do projeto em anexo à Ordem do Dia, tramitou na CCJ, onde recebeu o seu Parecer, veio à Comissão de Finanças, a

qual presidimos. Sabemos que ele está em regime de urgência, e qualquer projeto em regime de urgência, tem um ritual diferenciado dos outros. Nós tínhamos um prazo para exarar o Parecer; não conseguimos concluí-lo. Por esta razão, o projeto consta na Ordem do Dia, sem o Parecer.

O que estranhamos nesta Casa, e que, quando veio outro projeto, também de autoria do Poder Executivo, que seria a criação do Plano de Cargos e Salários dos Professores, a Assembléia apreciou, o Governador vetou, Deputado Valdir Rossoni. O veto veio à Assembléia em 30 dias, que era o prazo regimental para que a Casa pudesse se manifestar.

Esse veto ficou tramitando muito tempo, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, que já tinha expirado todos os prazos, mas o Líder do PMDB, Deputado Antonio Anibelli, pediu vistas a esse Projeto, que ficou alguns dias a mais na CCJ e de lá só saiu depois que o Governo do Estado já tinha efetivamente, implantado e pago o salário dos professores.

Causa-nos estranheza, é que agora um projeto que visa aumentar um capital social da SANEPAR, que não é reais, mil mais, são quase 400 milhões de reais, que o Governo está aportando, Deputado Rafael Greca, na Sanepar, com isso, eu entendo, prejudicando sobremaneira o próprio Estado do Paraná!

Quando nós falamos no Estado do Paraná, quem é prejudicado não é o Governo, são os paranaenses, porque o Governador administra o Estado ou a população do Estado do Paraná. Cabe à Assembléia Legislativa fiscalizar os atos do Poder Executivo. É isso que a Assembléia está fazendo.

Quando vem um projeto para a Assembléia, ainda mais de tamanha envergadura, Deputado Barbosa Neto, nós pedimos regime de urgência para que seja apreciado no afogadilho! Ora, para que isso? O que existe atrás disso? De onde saíram os recursos para esse aumento do capital junto à SANEPAR?

Saíram exatamente conforme a exposição do Governo junto ao Projeto do PARANASAN de 2000 a novembro de 2003, são valores exorbitantes, números astronômicos que o Governo está tirando de um programa de Governo! O PARANASAN, quando foi contraído esse empréstimo, tinha um objetivo, os projetos a serem cumpridos, seja no saneamento básico em Curitiba e Região Metropolitana. Agora o Governo visa aumentar esse capital dele junto à SANEPAR! Feliz, foi, sim, o Deputado Durval Amaral, quando usava esta tribuna no Grande Expediente, discorrendo sobre a questão das ações da SANEPAR.

Não sou especialista na área econômica, mas procurei me assessorar ao menos esse tempo diminuto que a Comissão de Finanças teve. Não tenho todos os pareceres comigo, mas os estudos que a mim chegaram e levantamentos que fiz com base no projeto, cheguei à conclusões de que a Assembléia Legislativa não poderia votar, neste momento, essa Mensagem do Governo do Estado.

Feliz foi o Deputado Durval Amaral, quando, aqui, desta tribuna disse claramente: “se vier aqui na Assembleia Legislativa o Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, nos provar e falar que este projeto é de interesse do Governo do Estado, ganha e não perde, nós aprovamos a mensagem. Se vier aqui na Assembleia o Procurador Geral do Estado do Paraná, Dr. Botto e ele disser que é bom, que é correto, nós aprovamos. Se vier na Assembleia o Presidente da SANEPAR Stênio, e ele provar que é bom, nós vamos aprovar.

“Mas, como vamos aprovar um projeto desses, se o Governo não consegue esclarecer ou convencer os próprios Deputados que esse é o melhor caminho?

Diante disso, quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

(Lê):

“Da ilegalidade na fixação do preço de emissão

O preço de emissão para ações decorrentes do aumento de capital proposto, fixado na Reunião do Conselho de Administração da SANPEAR de 10 de fevereiro de 2004 não atende às disposições legais e regulamentares.

A Lei nº 6.404/76 permitiu a adoção alternativa e cumulativa dos critérios enunciados no seu artigo 170, parágrafo 1º, estabelecendo que, em se tratando de aumentos de capital através da emissão de novas ações, o preço de emissão das ações deverá ser fixado levando-se em consideração os seguintes três parâmetros: o valor da cotação das ações no mercado; valor do patrimônio líquido e as perspectivas de rentabilidade da Companhia.

O propósito do legislador, ao ditar os preceitos disciplinadores da fixação do preço de emissão de ações, foi, declaradamente, o de evitar uma diluição injustificada da participação dos antigos acionistas, ainda que tenham direito de preferência para subscrevê-las.

O primeiro dos critérios, enunciado no inciso I do artigo 170 - perspectiva de rentabilidade de companhia - de natureza estimativa, consiste no valor presente da ação, baseado nos lucros que estão projetados para a ação, está fundado, portanto, na participação do acionista nos lucros sociais. Tal critério não foi observado, no caso do aumento ora em proposição.

Já o valor de patrimônio líquido (artigo 170, inciso II) tem por pressuposto o direito do sócio de participar do acervo social, ou seja, a parte do patrimônio da sociedade que caberá à ação, no caso de liquidação da sociedade em função da fração que lhe é correspondente. Também não observou este parâmetro, a fixação do preço de emissão das ações decorrentes do aumento de capital.

Quanto ao valor de cotação no mercado, (artigo 170, inciso III) tem por fundamento o preço pelo qual a ação pode ser vendida no mercado e depende de vários fatores, que influenciam diretamente o mercado de ações ou o mercado balcão organizado. Por este motivo, admitiu o legislador que fossem considerados o ágio ou o deságio na cotação das ações. As ações a serem entendi-

das são ordinárias e não tem cotação em bolsa, sendo inaplicável o critério.

No caso da SANEPAR, as ações a serem emitidas são ordinárias e não estão sendo negociadas em Bolsa de Valores há muito mais de um ano, sendo, portanto, destituídas de liquidez.

Não há como equiparar valor de mercado das ações ordinárias com o das ações preferenciais, para o efeito aproveitar o valor de mercado destas e sua utilização como parâmetro para o cálculo do preço de emissão. Tal conduta conflita com as exigências legais para a fixação do preço de emissão das ações decorrentes do aumento de capital, provocando efeito lesivo - diluição injusta e injustificada da participação dos acionistas minoritários no capital social e favorecimento do acionista controlador na aquisição de reforço do seu controle a condições favorecidas de financiamento, não disponíveis para os demais acionistas.

Quanto ao valor patrimonial da Companhia, este chegava, no mês de março de 2004, a R\$ 4,23.

Implementando o aumento de capital ao preço de R\$1,95, como está indicado, o acionista controlador estará reforçando a sua posição de controle, subscrevendo ações da Companhia a preço incompatível com o seu valor e substancialmente inferior ao que foi utilizado para a capitalização feita pelos acionistas minoritários, permitindo-lhes acumular maior posição percentual na sociedade, de forma inequitativa em relação à comunidade de acionistas.

Para realçar a ilegalidade da fixação do preço de emissão das ações originárias do aumento de capital, cabe reportar a exposição feita à Companhia e aos seus sócios, pelos bancos coordenadores da oferta pública anteriormente planejada (IOP), visando a entrada de novos recursos na SANEPAR, em reunião ocorrida no dia 06 de março de 2002, menos de 2 meses antes do pricing day do IOP, eram outros os valores considerados aceitáveis para a emissão de novas ações, de forma a evitar a diluição injustificada dos antigos acionistas.

Naquela data, esclareceu-se que o preço mínimo aceitável deveria observar a relação US\$ 1,35/ação, quando, também se determinou a variação aceitável - US\$ 1,35 a US\$ 1,55 por ação.

Considerou-se, naquela época, que, para a fixação do valor da ação a US\$ 1,35, a Companhia estava avaliada a US\$ 559,5MM, e a US\$ 1,55, considerava-se o valor da companhia como equivalente a US\$ 653,0MM.

Atende-se para o fato de que estes valores consideravam o desconto de 15% no preço da ação, conforme é usual em processos do IOP. Importante, ainda, salientar que, nesta mesma ocasião, o valor patrimonial da SANEPAR equivalia a US\$ 1,15 por ação.

O Estado do Paraná, àquela época, manifestou-se radicalmente contra qualquer emissão por valor inferior ao valor patrimonial da SANEPAR, o que conflita com a sua postura atual, de emitir ações decorrentes do aumento de capital, tal como acabou por aprovar por voto preferi-

dos em reunião do Conselho de Administração da Companhia, por valor bem inferior ao valor patrimonial destas mesmas ações, em evidente contradição.

Adicionalmente, para comprovar, de modo incontestável e definitivo, o subdimensionamento do preço de emissão, basta ter presente o fato de que, no leilão de alienação das ações da SANEPAR, o preço pago por ação foi de R\$ 2,17 (expresso no item 4.1 do Edital de alienação de ações da SANEPAR realizada em 1998). Tal leilão realizou-se em 1998. Este valor, corrigido pelo IGP-M para maior/2004, equivale a R\$ 4,53 por ação, e não R\$ 1,95 como quer crer e como o governo fez menção quando enviou essa mensagem aqui, para a Assembléia Legislativa.

Nessa medida, evidencia-se que não só se pretende diluir ilegalmente a participação acionária dos minoritários como também fazê-lo por meio de emissão de ações a preço vil, em violação ao principal aspecto enfocado nas disposições da lei societária, consistente justamente em evitar a diluição da participação dos acionistas da Companhia que, mesmo tendo direito de preferência à subscrição, não o exercam.

O que deve ser salientado, no caso, no sentido de evitar deliberações abusivas e contrárias aos direitos do conjunto de acionistas, é que a fixação do preço de emissão não adotou parâmetro ou parâmetros compatíveis com o valor econômico da ação, assim considerado, para os efeitos do disposto no Parecer de Orientação nº 1 da CVM, como o de troca, o patrimonial ou o de rentabilidade, sendo que, de acordo com o Parecer CVM nº 5, apenas em se tratando de ações negociadas em bolsa de valores, cabe ser escolhido o preço de cotação no mercado.

No caso, a atitude correta seria a de contratar empresa especializada independente, para proceder à avaliação adequada do justo preço de emissão das ações, de modo a não acarretar a diluição injustificada dos atuais acionistas, em favorecimento do controlador e prejuízo dos acionistas minoritários.

Diante de tais elementos, é absolutamente irreal - e não encontra qualquer fundamento nos parâmetros ditados pela lei societária - o preço de emissão que está sendo fixado para o aumento de capital da SANEPAR, R\$ 1,95 para capitalização de créditos do acionista controlador e que trará, em detrimento dos direitos dos acionistas minoritários, que estarão injustificadamente diluídos em sua participação no capital social da SANEPAR.

Afigura-se, sem dúvida, flagrantemente inconveniente o aumento de capital proposto, que não atende aos interesses da Companhia e configura ato abusivo, com vistas a diluir a participação dos acionistas minoritários.

Pela prática do ato abusivo respondem, na forma do artigo 117, "c" e seu parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, solidariamente, o acionista controlador, os administradores e os conselheiros fiscais que tenham atuado no sentido de implementar a medida, mesmo sabendo da sua ilicitude.

Acresce, ainda, que, conforme estabelece o artigo 17 da Instrução nº 319, considera-se infração grave, para os efeitos de aplicação das penalidades previstas no artigo 11, parágrafo 3º, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a transgressão ao disposto no artigo 170 da Lei nº 6.404/76 e a prática de atos com exercício abusivo do poder de controle."

Por isso, Deputado Antonio Anibelli, Líder do PMDB na Assembléia Legislativa, nós sabemos que a maioria vota e a minoria esperneia.

Dizer que nós fizemos o nosso papel aqui na Assembléia, ao menos mostramos a realidade dos atos para a população. A medida que a Assembléia vai adotar é aquela que nós já sabemos. A Bancada do Governo é a grande maioria, e cabe exatamente à Oposição levantar as dúvidas e as irregularidades que existem.

Mas, espero ainda, que a Liderança do Governo, dentro do conhecimento que tem e a sua sabedoria, que lhe é peculiar, se fosse possível a retirada do Projeto da Ordem do Dia de hoje, para que pudéssemos amplamente discuti-lo e trazer para a Assembléia o Secretário da Fazenda, o Presidente da SANEPAR, o Procurador do Estado, para esclarecer à Assembléia Legislativa, para nós, Deputados, numa Sessão aqui no plenário, está reservado, dirirmos as dúvidas. Mas, parece-me que isso não vai acontecer...

Usa-se exatamente o expediente que é de direito, regime de urgência, e vota-se, só que o importante, Deputado Hermas Brandão e Deputado Durval Amaral, V. Exa. que foi Líder do Governo passado, Deputado Valdir Rossoni, que foi Líder do Governo passado, cada vez que nós pedíamos regime de urgência para determinado projeto, não para 400 milhões, bem inferior, éramos acusados de usar o rolo compressor, de não dar o direito à discussão, o debate com a sociedade, não tínhamos o direito de ouvir o Governo. E o que é que está acontecendo hoje? Então, o tempo se encarrega de confirmar a atitude de cada Parlamentar, de cada cidadão. E o tempo está se encarregando agora, e o Paraná está vendo o que as pessoas diziam, quando eram Oposição, e o que elas fazem quando são Governo hoje.

É um direito legítimo, nós reconhecemos nós usamos, mas não dessa envergadura como está sendo colocado goela abaixo para o povo do Paraná, lesivo aos interesses públicos e que beneficia, apenas única e exclusivamente, aos interesses de algumas pessoas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão.

Para encaminhar, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem, nesta votação de hoje, a oportunidade histórica de corrigir um dos maiores desastres administrativos da administração

pública do nosso Estado, com graves conseqüências à economia e à saúde da nossa gente.

Hoje nós estamos votando uma mensagem que traz uma proposta do aumento do capital da SANEPAR em 397 milhões de reais, transformando a dívida da empresa junto ao Governo do Estado em ações Ordinárias Preferenciais junto à Companhia de Saneamento do Paraná. Quais serão as conseqüências para a sociedade com a aprovação da mensagem encaminhada pelo Governador a esta Casa?

(Lê):

“Primeiro: muda o perfil da dívida da SANEPAR, ampliando sua capacidade de investimento nos sistemas de abastecimento de água e esgoto. Segundo: O Estado aumenta sua participação no capital da empresa, permitindo que programas de alcance social sejam ampliados beneficiando nossos irmãos mais pobres.

Mas não é isso, pois estamos corrigindo um erro administrativo do desgoverno Lerner, que transformou saneamento em moeda corrente e fonte de lucros para um grupo de empresas do chamado Consórcio Dominó. Por subserviência do ex-Governador Jaime Lerner, esse Consórcio passou a ditar as regras sobre o saneamento básico no Paraná.

O grande trambique com dinheiro público, para se apoderar de uma das melhores empresas de saneamento do País, começou em 1995, início do desgoverno Jaime Lerner.

Por artifícios contábeis, a SANEPAR fechou o ano com um prejuízo de R\$ 48 milhões.

No ano seguinte a mesma estratégia foi adotada e a SANEPAR apresentou um prejuízo de 25,8 milhões.

Com isso, estavam criadas as bases para a realização de um dos piores negócios para a população do Estado. O governo vendeu 39,7% das ações ordinárias, por R\$ 247 milhões. Este valor está abaixo do PARANASAN, contratado pelo Governo do Paraná junto a instituições de crédito do Japão, justamente para atender a demanda por saneamento básico na Região Metropolitana de Curitiba.

Esse dinheiro, pago pelo Consórcio Dominó, equivale ao que o Governo Jaime Lerner gastou em publicidade no segundo ano de sua administração.

Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo Jaime Lerner nesta Casa, quero rapidamente explicar como se montou a pilantragem dentro da SANEPAR e com isso, transferiu-se a empresa para a gestão privada. Os prejuízos de 95 e 96 jogaram a imagem da Companhia no chão. Suas ações atingiram o mais baixo valor de mercado.

Mas, com o fechamento do negócio, a entrada do grupo privado, adquirindo quase a metade da empresa por um valor abaixo de um dos seus projetos, repentinamente os prejuízos se transformam em lucro, nos anos seguintes!

A SANEPAR por um toque de mágica, passa a acumular grandes lucros e somente, Deputado Valdir

Rossoni, durante a administração que V. Exa. liderava nesta Casa, esse lucro chegou aos 584,4 milhões.

E o Consórcio Dominó embolsa 232 milhões em cinco anos, ou seja, recebe de volta 98% do que investiu! Que belo negócio o seu Governo patrocinou, pois, quem não gostaria de, a cada cinco anos, receber de volta tudo o que investiu?

Meu caro Deputado Elio Rusch, fiel defensor da transparência e da moralidade nesta Casa. A negociata entre a nossa Companhia de Saneamento, o Consórcio Dominó e o Governo que o senhor fez parte, não se restringe apenas a essa maquiagem dos balanços da SANEPAR.

Em setembro de 1988, um acordo entrega definitivamente a SANEPAR nas mãos desse grupo privado, conhecido na Europa pelas falcaturas praticadas no mercado de ações e maquiagem de balanços, cujo presidente está preso, em Paris.

Pois bem, Deputado, vamos relemburar alguns itens desse acordo que mais parece um pacto de malandros para saquear o patrimônio público.

No item 3.2.1 começa uma série de acordos entre representantes do Governo e de um grupo privado, interessado em lucro. Para ludibriar os acionistas minoritários, entre eles as prefeituras e pequenos poupadores que investiram suas economias no futuro da SANEPAR. Vejamos o que diz o acordo sobre as decisões da assembléia de acionistas:

“As reuniões prévias serão convocadas por qualquer das partes, e se realizarão na cidade de Curitiba, devendo ser registradas em ata as decisões tomadas.

Item 3.2.2. Havendo consenso entre as partes quanto ao termo da matéria a ser deliberada na respectiva assembléia geral, as partes votarão em bloco, em estrita conformidade com a decisão por elas tomada na reunião prévia.

Item 3.2.3. Não se chegando a um consenso na reunião prévia quanto ao teor da matéria a ser deliberada, as partes votarão na assembléia geral, no sentido de desaprovar a proposta.”

E por fim, meu caro Deputado Elio Rusch, esse acordo, no seu item 3.3 demonstra muito bem o nível de subserviência do seu Governo aos interesses do sócio privado e minoritário.

Diz ele: “o eventual exercício, por qualquer das partes, do direito de voto nas assembléias gerais da Companhia em desacordo com as disposições aqui estabelecidas importará em nulidade da deliberação que for assim tomada, sem prejuízo do direito da parte interessada de promover a execução específica da obrigação descumprida.”

Srs. Deputados, esse artigo do pacto, esse acordo de malandros, trambiqueiros, anula o Código Comercial, a Constituição do Paraná e o Código Civil Brasileiro.

Meu caro Deputado Elio Rusch, o acordo de acionistas estabeleceu também que os Diretores de Operações,

Financeiro e Administrativo terão atribuições de elaborar e aprovar o plano de negócios da SANEPAR.

Mas que é esse plano de negócios? Diz, lá no pacto: “o plano de ‘negócios da Companhia’, bem como as revisões e atualizações, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos. O orçamento anual da Companhia passa a fazer parte desse plano de negócios.”

Como as três diretorias eram indicadas pelo Consórcio Dominó, a SANEPAR passa a ser administrada efetivamente pelos sócios privados, que detêm apenas 39,7% das ações com direito a voto. Mas o acordo de acionistas, onde o Estado do Paraná renunciou ao mais elementar direito de gerir o sistema de saneamento básico do Paraná, tem outros itens de causar espanto.

Item 7.1 - meu caro Deputado Luciano Ducci, diz lá: “os recursos da Companhia são geridos de modo a assegurar o maior retorno possível para seus acionistas, observados os padrões de segurança e os investimentos previstos no Plano de Negócios. Ou seja, meu caro Deputado Luciano Ducci, saneamento básico como instrumento de saúde pública foi definitivamente varrido do estatuto da nossa SANEPAR!

Mas a garantia do lucro a qualquer preço precisava de uma amarração mais objetiva no pacto dos acionistas e lá está:

“Item 7.2 - As partes se comprometem a votar, nas assembleias gerais da Companhia que deliberarem sobre a distribuição de resultados, no sentido de aprovar a distribuição do dividendo anual obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, nos termos do estatuto e da Lei de Sociedades Anônimas.”

E reafirma isso no Item 7.3 com toda a clareza:

“Além do dividendo anual obrigatório referido no item acima, as partes se comprometem a deliberar a distribuição, como dividendo adicional e/ou juros sobre o capital próprio, de, no mínimo, 25% do lucro líquido. Caso a Companhia decida que os investimentos e obrigações previstas em seu plano de negócios e em seu orçamento anual serão financiados mediante a emissão de títulos ou obtenção de empréstimos, as partes poderão, de comum acordo, deliberar a distribuição de outras parcelas adicionais do lucro líquido, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio.”

Mas o acordo não pára por aí, meu caro Deputado Durval Amaral. Em uma clara e descarada manobra estabelece termos que contrariam a Lei 4684 sancionada em 1963, pelo então Governador Ney Braga que instituiu a Companhia de Água e Esgotos do Paraná a SANEPAR de hoje: no item 10.5, meu caro Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa diz: “ressalvados os casos previstos em lei, dispensar de autorização prévia do Poder Executivo Estadual, a prática pela Companhia, dos seguintes atos de gestão empresarial: seleção, admissão, remuneração, promoção, capacidade de desenvolvimento de pessoal, bem como a prática de todos os demais atos próprios de gestão de recursos humanos.”

O desrespeito à lei e a esta Casa segue em frente, no acordo patrocinado pelo Governo Jaime Lerner e seus sócios privados.

Na alínea c do mesmo item, e que fez parte do Estatuto Social da SANEPAR, lê-se “contratação e renovação de operações de crédito de quaisquer espécies com instituições financeiras e com fornecedores de bens e/ou serviços, nacionais e internacionais, inclusive arrendamento mercantil, bem como a emissão de obrigações e de quaisquer outros títulos nos mercados nacional e internacional, observados os limites estabelecidos no estatuto”.

Sr. Presidente, tudo isso deixa claro que um grupo de malandros transformou a SANEPAR num porto seguro para realizar negócios e ganhar dinheiro ao arrepio da lei! Ganhar dinheiro com a saúde dos paranaenses!

Deputado Valdir Rossoni, o pior erro é não ter a humildade de assumi-lo, fechando os olhos para os fatos gravíssimos que estamos apresentando hoje, cujos documentos estão à sua disposição. Em nome dos habitantes de Bituruna, que ajudaram a construir a SANEPAR, um patrimônio dos paranaenses, vamos corrigir esse passado negro de nossa história administrativa! E com isso, Deputado Valdir Rossoni, viabilizar a ampliação do sistema de água e esgoto na sua base eleitoral. A região Sul do Paraná, que apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de nosso Estado, vamos começar a mudar isso devolvendo ao povo do Paraná o controle sobre a SANEPAR!

Meu caro Deputado Luciano Ducci, nas aulas de bioestatística, lá no primeiro ano da Faculdade de Medicina, o senhor teve a oportunidade de aprender que, para cada um real investido em saneamento básico, economizam-se três reais com a medicina curativa.”

E com isso, Deputado Valdir Rossoni...

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria lembrar ao Líder do Governo, já que antes eu fui interrompido nos meus vinte minutos, que para discutir tem trinta minutos.

Deputado Natálio Stica, o senhor tem mais dez minutos para discutir. Só para informar V. Exa..

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço a V. Exa., eu sei perfeitamente do regimento, embora apenas há um ano nesta Casa, mas agradeço a V. Exa., que tem sido meu professor aqui nesta Casa, inclusive quando fui Vice-Presidente e lhe tenho uma grande admiração.

Deputado Valdir Rossoni, em nome da sua sensibilidade social e de seus conhecimentos técnicos, nos ajude a acabar com a pilantragem dentro da SANEPAR, para que possamos atingir já nos próximos anos as seguintes metas: coletar 80% do esgoto sanitário das cidades com mais de 50 mil habitantes e 65% nas cidades de menor porte. Incluir mais 379.409 famílias para-

naenses à rede coletora de esgoto, com investimentos de um bilhão e 755 milhões nos próximos dois anos.

Mas não é somente isso, chegou a hora de dar uma ajuda definitiva aos nossos irmãos mais pobres. Até 2003, por conta das malandragens, a SANEPAR atendia 43.259 famílias com sua tarifa social. Quais eram os critérios adotados pela direção da empresa? Pessoas com renda de até dois salários mínimos, consumo de até 10 m³, imóvel com até 60 m² e não ter em casa telefone, carro, antena parabólica, geladeira etc. Com esse critério, apenas 2,1% das famílias paranaenses eram enquadradas na tarifa social.

Hoje esse quadro mudou. Até abril deste ano, já eram 200.950 famílias beneficiadas e vamos chegar ao fim do ano com 359.818 famílias.

Portanto esses são números irrefutáveis de como se deve tratar saneamento básico.

Meu caro Deputado Ademar Traiano, a manutenção do atual pacto de acionistas da SANEPAR configurando como uma afronta velada ao seu mandato parlamentar, não permitiria que população de pequenas localidades do interior tivesse acesso à água tratada, através dos programas de saneamento rural.

Gostaria de lembrar da população de Pinhal do São Bento, então distrito de Santo Antônio do Sudoeste, cujo Prefeito era o senhor Deputado Traiano. Essa população teve acesso ao saneamento rural, construído pela SANEPAR. Tenho certeza que lá em Pinhal do São Bento, onde moram 549 pessoas e a SANEPAR mantém 202 ligações de água atendendo 99,82% da população urbana, os executivos de Wall Street jamais aprovariam a implantação do sistema de saneamento básico.

Essa realidade mudou Deputado Traiano. Os malandros engravatados da ponte aérea Paris/Nova Iorque, não decidem mais sobre a água de nossos paranaenses. O Governador Roberto Requião acabou com essa pilantragem de pacto de acionistas e o Tribunal de Justiça, por 16 votos contra três, manteve a empresa sob o controle do Estado.

Mas caro Deputado Traiano, o que estamos votando hoje é um aumento de capital que vai permitir que a SANEPAR cumpra as metas de ampliação do saneamento básico. Vai permitir que a empresa que no ano passado, por competência da atual gestão, teve um lucro de 260 milhões, continue a investir na saúde de nossa gente.

Nós temos hoje a melhor empresa de saneamento do País, segundo revela o Jornal Valor Econômico. E vamos melhorar esse índice, pois com esse aumento de capital que hoje vamos aprovar, chegaremos em 2006 com 99% da população urbana com água tratada e 58% do esgoto coletado e tratado.

De onde virá o dinheiro para esse aumento de capital da SANEPAR: virá, sem sombra de dúvidas, dessa dívida que a empresa tem com o Governo japonês, negociações para um empréstimo junto a Japan Bank For International Cooperation para execução do PARANA-

SAN. O primeiro contrato, no valor de 156 milhões e 159 mil reais, começou a ser liberado em 1988.

A segunda fase começou a ser liberada em 2002, com um valor total de 197 milhões e 51 mil reais.

Pois bem, meu caro Deputado, esse empréstimo foi contratado pelo Governo do Paraná e repassado à SANEPAR como crédito do Estado do Paraná, para futuro aumento de capital, na conta denominada AFAC.

Além disso, meu caro Deputado Plauto Miró Guimarães, o Governo do Paraná tem um crédito junto à SANEPAR de 25 milhões e 810 mil reais referentes a créditos recebidos da COPEL pelo fornecimento de energia nas estações de tratamento.

E finalmente, um saldo de dividendos de 17 milhões e 608 mil reais referente à conta de juros sobre o capital próprio.

Com o aporte de capital que estamos aprovando hoje quais serão os reflexos para a SANEPAR, meu caro Deputado Ratinho Júnior: primeiro: Redução do nível de endividamento da Companhia, melhorando sua estrutura patrimonial. Segundo: eliminação dos riscos da variação cambial que afetam diretamente os resultados econômicos e financeiros. Terceiro: eliminação da necessidade de Hedge para proteção cambial. Quarto: melhor performance nos resultados da Companhia com a eliminação de custos financeiros decorrentes de juros e variações cambiais sobre os referidos empréstimos, possibilitando novos investimentos em programas sociais para atendimento à população do Paraná. Quinto: aumento dos recursos financeiros para ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, beneficiando a população paranaense com saneamento básico. Sexto: aumento das disponibilidades da empresa em decorrência do não pagamento das parcelas do serviço da dívida. Sétimo: capitalização da Companhia. Oitavo: aumento do nível de capacidade de endividamento da SANEPAR, permitindo a captação de novos empréstimos e financiamentos e por consequência em aumento da receita operacional.

Pois bem, Sr. Deputados, estas são algumas das razões para que votemos hoje a favor do projeto.

Mas existe outra grande razão para aprovarmos o aumento de capital da SANEPAR, de saúde pública.

A população urbana do Paraná conta hoje com 44,6% com atendimento de coleta e tratamento de esgoto e 98,5% de abastecimento de água, nos 342 Municípios atendidos pela SANEPAR. O atual Governo quer elevar esses percentuais para 80% nas cidades com mais de 50 mil habitantes e 65% nas cidades de menor porte. Com isso, a SANEPAR estará incorporando mais de 379 mil famílias à rede coletora de esgoto. O Governo do Paraná quer investir até 2006 um bilhão e 755 milhões, em água e esgoto.

Ao contrário do Governo anterior, que através de reajustes tarifários procura maximizar os lucros. O atual governo quer melhorar a situação financeira da empresa e ampliar a sua função social.

Com esse aumento de capital que estamos autorizando hoje, como um sinal de respeito do Governo com este Poder, a dívida da SANEPAR cai de 1,2 bilhão para 881 milhões. Essa nova realidade vai permitir que a SANEPAR tenha melhores condições de investimentos, podendo buscar no mercado interno financiamento para atingir essas metas. Estamos falando da saúde dos paranaenses, meus caros Deputados. Estamos falando de qualidade de vida.

Enquanto a Oposição centraliza o debate sobre os interesses do Grupo Dominó, nós estamos preocupados com a saúde dos paranaenses.

E gostaria ainda de adiantar aos senhores que, por informação publicada em jornais, os representantes do Grupo Dominó vão integralizar capital para manter a posição acionária na SANEPAR. Essa é uma boa notícia, pois estarão trazendo de volta o dinheiro que levaram dos nossos paranaenses.

Por isso, quero dizer, Srs. Deputados, que se a dúvida da Oposição é que permite que o grupo Dominó também compre ações na mesma proporção em que o Governo vai investir, ao invés de pegar o dinheiro, se a preocupação é que os acionistas minoritários também possam investir o mesmo percentual, não vemos problema nenhum nessa possibilidade, já que o mesmo percentual em que o Governo vai aumentar o seu capital será bem-vindo do dinheiro do Grupo Dominó, porque eles estarão desembolsando dinheiro limpo e trazendo para que a empresa invista mais no nosso Estado, o que eu não acredito que aconteça porque o grupo Dominó, pelo que eu entendo, não tem mais interesse em continuar sócio como é, porque sabe que agora temos um Governo sério, que não negocia contratos de gaveta, ou contratos feitos na calada da noite. Por isso, encaminho voto SIM nesse projeto para que o Paraná, definitivamente, fique dono dessa empresa pública, para o povo paranaense poder ter mais ações sociais de uma empresa que veio para ser uma empresa voltada ao social.

Muito obrigado, Srs. Deputados e peço o voto SIM.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pediria a colaboração do som, porque estou um pouco afônico.

Muito obrigado!

Eu estava aguardando o encaminhamento por parte do Governo sobre essa questão, porque tinha ouvido do Deputado Durval Amaral o encaminhamento no Grande Expediente, e senti que precisávamos de alguém do Governo para contrapor os argumentos aqui trazidos pelo Deputado Durval Amaral.

Mas senti, sinceramente, depois do encaminhamento do Deputado Elio Rusch, que talvez quem tenha escrito esse pronunciamento do orador que ora me ante-

cedeu, talvez esteja sentado aí onde está a imprensa. E esta pessoa que leva o Líder do Governo a fazer o encaminhamento de uma questão tão importante para a economia do Paraná, da forma como foi, eu nunca vi um Líder do Governo subir à tribuna e usar esse linguajar. Por exemplo, pilantragem, quadrilha. Essas questões não contribuem em nada para o bom debate. Se nós, e é importante que eu diga a mulher de Ló, que se estou aqui, não estou apenas representando o Município de Bituruna, o qual eu tenho orgulho de lá ter morado, lá ter a minha indústria, lá ter os meus bens, mas estou aqui, sim, representando, Deputado Dobrandino, desta tribuna, mais de cem mil paranaenses!

Surgi lá em uma cidade pequena, comecei a minha carreira política com 1260 votos, Prefeito daquela cidade, e já ultrapassei os cem mil votos! Certamente, o mínimo que eu posso oferecer a esta Casa é o respeito, é a dignidade do cargo, é o respeito aos meus eleitores. Eu tenho aqui o direito de usar, nesta tribuna, um linguajar que não condiz com o Parlamento paranaense e com qualquer Parlamento que queira se dar ao respeito.

Por isso, sinceramente, fiquei triste, pela segunda vez, quando vejo o Líder do Governo nos agredir novamente. E fico mais triste ainda, quando vejo que não tem argumentos e além disso tem dificuldades de trazer as esta Casa a compreensão do lado do Governo, expressar o que é este projeto, qual é o fim? Qual é o objetivo? Quais os pontos positivos para o Governo, para que serve para o povo paranaense? Simplesmente vejo na tribuna, desculpe a minha sinceridade, uma leitura que tive dificuldades de compreender e continuo não compreendendo o que o Governo quer desse projeto.

Não quero ser eu o dono da verdade, apenas quero fazer um pedido ao Líder do Governo. Certamente se nós, aqui, conseguirmos manter o respeito entre as partes Oposição e Situação, iremos travar aqui um debate de alto nível. Vamos discutir e divergir, mas vamos nos respeitar! Esta é minha proposição, que desde o primeiro dia que estou nesta Casa tenho procurado exercer com determinação. Tenho uma posição muito bem clara, sou Deputado de Oposição, tenho o direito de fiscalizar o Governo, tenho o direito de fazer a crítica ao Governo. E todas as minhas críticas são fundamentadas em números em informações que me são trazidas. E por isso quero, desta tribuna lamentar o nível de debate e de entendimento de um projeto tão importante, quando estamos aqui discutindo investimentos do Governo do Paraná de grande monta, e nós não conseguimos, naturalmente, compreender o que é que o Governo quer.

Não tenho dúvida nenhuma que se naquela tribuna tivesse subido um Deputado que tivesse um objetivo de esclarecer a este Plenário os objetivos do Projeto, não precisaria do tempo que está sendo usado. Certamente com cinco a dez minutos nós teríamos essa questão esclarecida pelo lado da Oposição e pelo lado da Situação. E aí poderíamos, sim, votar conscientes, votar com

a razão, votar com determinação e sabendo que estamos votando o que é melhor para o povo paranaense.

Encerro, aqui, a minha fala. Mas, sinceramente, nunca tinha assistido o nível com que foi discutida essa questão, mas tenho certeza que o mundo ensina muito, o dia-a-dia desta Casa e a experiência faz com que você tenha um relacionamento de alto nível com o maior opositor seu, aqui nesta Casa. Na verdade podemos divergir, sim, no campo das idéias, mas jamais no campo pessoal. E quero dizer aos senhores que fui Líder do Governo Jaime Lerner, sim, nunca neguei e nunca vou negar isso. Vou continuar sendo seu amigo e seu companheiro. E quero dizer que todas as vezes que subi nesta tribuna, subi com tanta convicção, por muitas vezes até errado, depois observando, mas todas as vezes subi sem nenhum papel na mão, não fiz nenhuma leitura, não fui ventríloquo de terceiros.

Fui, sim, a verdade; fui, sim, em cima do estudo, em cima da realidade, em cima do que o Governo pensava e, nunca procurei agredir os meus parceiros Parlamentares desta Casa. Encerro e espero, sinceramente, que episódios como esse não aconteçam mais, porque certamente o povo paranaense espera de nós mais qualidade!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por ordem de inscrição, Deputado Durval Amaral.

Após, estará encerrada a discussão e o encaminhamento, e passaremos à votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero agradecer aos Deputados Stica e José Maria, porque em função do nosso pronunciamento se prontificaram, o Deputado José Maria, que conhece bem essa matéria, se prontificou a conversar com o Dr. Sérgio Botto. Eu mesmo participei de uma ligação, graças a uma deferência muito especial do Líder do Governo, com o Dr. Sérgio Botto. Temos um entendimento um tanto quanto diferente sobre o aumento de capital. O Dr. Sérgio Botto, extra-oficialmente, claro, disse que entende que o aumento de capital da SANEPAR não estaria submetido à lei que regulamenta a Sociedade Anônima, em função de ser uma transação mais contábil.

Como se trata de um assunto extremamente complexo, para os advogados é isso mesmo, é a maneira, é a interpretação, eu pedi ao Dr. Sérgio Botto, que iria fazer algumas indagações por escrito. E pedi também, a deferência muito especial, ele não teria nem obrigação, exceto se fosse aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, que eu acredito que será, mas, extra-oficialmente, para que ele respondesse por escrito as indagações que estamos fazendo. Tive o amplo apoio do Deputado Stica, também, do testemunho do Deputado José Maria.

Quero dizer aos nobres colegas, Parlamentares, que nós não fazemos aqui Oposição pelo gosto da Oposição. Nós estamos extremamente preocupados,

porque estamos falando de uma importância de 397 milhões de reais, que efetivamente o Governo poderia receber esses recursos, recursos do Tesouro do Estado, que foram emprestados para a SANEPAR. E poderia, Deputado Dobrandino, esses 397 milhões de reais, serem investidos nos programas sociais, como o programa do leite, na construção das casas populares, na aquisição de ambulância, na construção de escolas, na recuperação das nossas rodovias. Atendendo, inclusive, o apelo e o clamor dos próprios Deputados da Base do Governo que clamam por investimentos, na conservação das nossas rodovias.

Esse é um dinheiro líquido e certo que o Estado tem, 397 milhões de reais e, por uma questão contábil, por um pressuposto falso de que os minoritários não irão participar do aumento de capital, para justificar um discurso do governo do Estado, que é um discurso estatizante, automaticamente parte de um pressuposto falso que a iniciativa privada não vai acompanhar o aumento de capital.

Então, o Governo abre mão de 397 milhões de reais que poderiam financiar programas sociais do Governo, em detrimento, inclusive, dos próprios Parlamentares da Base do Governo, que com 397 milhões em caixa, poderia aumentar substancialmente os investimentos do Governo do Estado, nos municípios paranaenses e em programas sociais. Os Srs. Parlamentares estão abrindo mão de 397 milhões de reais, em novos investimentos do Governo, mas isso é uma decisão do Governo.

Agora, essa decisão não se sustenta na medida exata, que é um mero capricho de retórica, porque o Governo faz o discurso que vai aumentar a participação no Governo e, na verdade estará amplamente demonstrado, evidenciado, que o que ele está fazendo é diminuir a participação do Governo.

Eu quero pegar dois pontos que o nobre Deputado Stica colocou com muita propriedade. No ano passado, estávamos sob a administração do Governo Requião -, que a SANEPAR teve um lucro de 260 milhões de reais. É verdade. A SANEPAR, empresa pública estatal, sem pilantragem e picaretagem, como disse o Deputado Stica, teve um lucro de 260 milhões de reais. Onde estava a iniciativa privada? Estava lá, Deputado Stica, junto com o Governo do Estado do Paraná, recebendo os dividendos, que o Governo não teve a competência de retirá-los da SANEPAR - 2003, 2004, 88 milhões de reais!

Como uma empresa pública pode ter um lucro de 260 milhões de reais, se a finalidade é a tarifa social, é o investimento em programas sociais, em água, esgoto e saneamento básico? Pasmem o Sr. Deputado Elio Rusch, que os índices de atendimento à população do Paraná, tanto em água tratada ou em esgoto sanitário tratado, não tiveram alteração substancial do ano de 2002 para 2003. Mas no ano de 2003, a SANEPAR, empresa pública, teve um lucro de 260 milhões de reais! Sabe qual foi o investimento dessa empresa pública? 250 milhões de reais!

Mas, que empresa pública estatal é essa, que mais visa o lucro do que o investimento? Uma pergunta fica no ar, para todos nós, Parlamentares.

Também disse o nobre Deputado Stica e esse é o grande pressuposto falso, que induziram ao governador, que o Grupo Dominó e os minoritários não vão acompanhar o aumento de capital. Aí, sim, haveria lógica no raciocínio, para justificar o discurso demagógico. Eles não acompanham o aumento de capital, a participação - o controle do Governo do Estado acaba sendo maior sobre a SANEPAR -, vai custar a bagatela de 400 milhões, esse discurso.

Deputado, Accorsi, por um acaso, sempre dizemos: Mas, combinou o resultado do jogo com a torcida? E se por acaso, Deputado Valdir Rossoni, os minoritários resolverem acompanhar? Pegar 400 milhões de reais, que poderiam financiar o Programa do Leite, a recuperação das nossas rodovias estaduais, pagar o precatório, que o Governo do Estado deve aos funcionários do Tribunal de Justiça, enfim, fazer tantos e quantos programas sociais e jogar na lata do lixo, pergunto isso ao Líder do governo. Se por um acaso acompanhar, do que valeu gastar 400 milhões de reais? Nada. Absolutamente nada, a não ser a intenção de justificar um discurso que não se sustenta, porque a SANEPAR sempre foi e sempre será pública. O que existia era uma parceria estratégica. O governo teve competência de fazer valer a sua mão de ferro e dizer: A parceria é estratégica, mas quem nomeia os cargos e a direção sou eu, e está valendo isso - sem gastar, Deputado Dobrandino, 400 milhões de reais, sem jogar na lata do lixo 400 milhões de reais! Essas questões têm que ficar muito claras e evidentes.

A indagação que estamos levando, para o Procurador - encaminhei por fax e tenho certeza que o Dr. Sérgio Botto vai me responder - é o seguinte: Os minoritários não poderão exercer o direito de preferência? A Lei da Sociedade Anônima, o Deputado José Maria sabe disso, é muito clara. Aquele caso da Câmara Municipal, do Vereador que queria colocar a caixa d'água perto do rio, para não ter que fazê-la muito elevada, alguém sugeriu: Tem o problema da lei da gravidade. O outro falou: Essa lei, nós revogamos. Nós podemos tudo!

Mas, não podemos revogar, Deputado Stica, a Lei da Sociedade Anônima, nós não temos prerrogativa para isso. O que diz a Lei das Sociedades Anônimas no artigo 171? Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital.

O que diz o parágrafo 2º? "No aumento mediante capitalização de créditos ou subscrições em bens, será sempre assegurado aos acionistas o direito de preferência, e se for o caso, as importâncias por eles pagas serão entregues ao titular do crédito capitalizado ou do bem a ser incorporado".

E aí eu tive uma dúvida, até, com o Deputado José Maria e ele questionou: e se os minoritários, não exercerem o direito de preferência? Aí, diz o parágrafo 6º,

respondendo à indagação, porque na hora eu também não soube o que dizer: "O acionista poderá ceder seu direito de preferência". E, automaticamente, em havendo a cessão do direito de preferência, o Governo coloca no ralo 400 milhões de reais, para passar a ter menos do que detém hoje! Isto não é plausível, não é racional!

Por isto é que a Oposição - e não é que sejamos contra isto - mas, quer o quê? Entender como é que o Governo não vai respeitar a Lei da Sociedade Anônima. Como é que ele vai se posicionar contra um parecer contrário, da Comissão de Valores Imobiliários?

Nós queremos entender como é que se posiciona, por exemplo, o Secretário Heron Arzua, que é um dos pilares do equilíbrio e do bom senso, da seriedade deste Governo, como é que ele entende esta maquiagem contábil que vai dar um prejuízo, na medida em que não se ingressa 400 milhões de reais nos cofres públicos?

Nós queremos entender como é que foi feito o cálculo de R\$1,95, quando a Lei nº 6.404, no artigo 470, no parágrafo 1º, que é a Lei das Sociedades Anônimas, diz o seguinte: "O preço de emissão das ações deverá ser fixado levando-se em consideração os seguintes três parâmetros: o valor da cotação das ações no mercado, o valor do patrimônio líquido e as perspectivas de rentabilidade da Companhia."

Eu gostaria que o Presidente da SANEPAR, amanhã, quem sabe, viesse à Assembléia Legislativa dizer como é que nesse projeto intempestivo, ridículo, desqualificado, que o Governo manda para a Assembléia Legislativa, no inciso 3º, ele trouxesse uma memória de cálculo, uma planilha de custos, dizendo como é que ele chegou no inciso 3º ao preço de R\$1,95.

E se não fosse pedir muito, gostaria que eles explicassem como é que eles obedeceram o que esta estabelecido no artigo 170 da Lei que vos falei. Mas, é só. Não é só a Oposição pelo gosto da Oposição, mas sim, uma reflexão de bom senso, Presidente, no momento em que estamos prestes a não permitir o ingresso de 400 milhões de reais aos cofres públicos no Estado do Paraná e geramos mais um outro passivo, porque, se tentar alijar a iniciativa privada, os minoritários deste aumento de capital, não só cairá no Poder Judiciário, mas vamos gerar uma ação popular sobre esse projeto de lei que tramita na Assembléia Legislativa!

Vejam só o que diz o Dr. Sérgio Botto, não é o Deputado Durval Amaral, eu não serei indelicado como Dr. Sérgio Botto, mas são palavras dele, e se ele não temesse, ele não contestaria esta ação popular, ele fala, e esta é a contestação do Governo do Estado: "O aumento de capital social da SANEPAR, conforme acima se demonstrou, não se concretizou" - e aí ele faz toda uma alegação - "na medida em que depende de atos futuros e incertos (aprovação de projeto de lei constante da Mensagem nº 03/2004) e aprovação pela assembléia geral dos acionistas". Isto é expressamente reconhecido pelo autor. E ele vai contestando a ação popular, item por item, dizendo que a ação não prospera.

Ora! Palavras do Dr. Sérgio Botto: “Se o aumento de capital social está condicionado à aprovação de projeto de lei e a aprovação pela assembléia geral dos acionistas, bem como a ocorrência de lesão depende do exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Uma conclusão resta inafastável. O ato ora atacado não produziu efeitos concretos com que não se pode cogitar de potencial lesão ao patrimônio público”. Ele admite, implicitamente que haverá lesão ao patrimônio público, se efetivamente houve o aumento de capital.

Ressalta-se ainda que essa juíza não pode julgar com base em conjecturas e em fatos futuros incerto.

Então ele vai contestando a ação popular, não pelo mérito da ação popular, mas vai contestando porque ela ainda não produziu os efeitos, e se produzir, poderá ser alvo de uma ação popular, porque o prejuízo poderá ocorrer.

“A ação popular deve se dirigir contra ato concreto lesivo ao patrimônio público. Seria impossível julgamento em tese como medida preventiva para evitar negócios futuros entre os réus.”

E segue o Dr. Sérgio Botto na sua contestação. “A decisão do Conselho de Administração da SANEPAR não produziu efeitos concretos - lesão ao patrimônio público, tendo em vista que o aumento do capital social somente poderá ocorrer se a Assembléia Legislativa aprovar o projeto de lei constante da Mensagem nº 03/2004, bem como fora aprovado pela assembléia geral dos acionistas - falta de interesse de agir”. E segue o Dr. Sérgio Botto - com todas as suas alegações, evidenciando que a aprovação pela Assembléia poderá ensejar, aí sim, uma ação popular, porque o ato poderá em tese ser lesivo ao Estado do Paraná, porém, antes disso, não.

“O aumento do capital social importará na violação do artigo 1º, inciso I da Lei Estadual nº 11.973. Ocorre que tal aumento somente se concretizará caso seja aprovado o projeto de lei constante na mensagem”.

Vejam só o que nós estamos alertando aqui, que se o Governo do Estado proceder o aumento do capital só sobre as ações ordinárias, efetivamente o seu capital será diminuído! Veja só a gravidade, Deputado Marcos Isfer, o próprio Procurador do Estado diz “- ocorre que tal aumento somente se concretizará caso seja aprovado o projeto de lei constante da Mensagem nº 03/2004.”

Quer dizer, ele deixa claro que realmente haverá a diminuição do capital social só se a Mensagem for aprovada. Então, não existe objeto para a ação popular!

Mas ele segue, Srs. Deputados, olhem só a gravidade da defesa, a seriedade da defesa do Dr. Sérgio Botto: “Evidente, portanto, que o eventual e futuro aumento de capital não pode ser considerado nesse momento ato ilegal, eis que somente ocorrerá após a aprovação do projeto de lei constante da Mensagem nº 03/2004, que evidentemente revogará a disposição da legislação anterior, inclusive da Lei Estadual 11.973/97,

que impossibilita que o Estado tenha menos de 60% do capital social”.

Ele entende, então, que se houver a aprovação dessa Mensagem, esta Lei nº 1.973/97 estará revogada. Então, o Estado poderá passar a ter menos capital do que detém hoje na Companhia!

E vai ainda, além disso a futura e incerta operação de aumento de capital social, não retirará do Estado do Paraná o poder de controle. Ele desmoraliza o Governador do Estado do Paraná, que vai à televisão e faz um discurso, seu Líder vem aqui e faz um discurso que a SANEPAR agora é estatal, e o próprio Procurador do Estado do Paraná diz o seguinte “- além disso a futura e incerta operação de aumento do capital social, não retirará do Estado do Paraná o poder de controle”. Quer dizer que o Governo mentiu na televisão quando disse que havia estatizado a SANEPAR. Quer dizer que o Governo sempre teve o controle acionário!

Não é o Deputado Durval Amaral, Srs. Deputados do PT, que está dizendo isso, não! É o Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto! Olha só - “uma vez que permanecerá com mais de 50% do capital volante, fato este também reconhecido pelo autor.”

Então nós estamos jogando 400 milhões de reais pela lata do lixo para que o Governador justifique apenas um discurso seu! O próprio Procurador Geral do Estado está dizendo que o Estado do Paraná já tem, já tinha e continuará tendo, mesmo jogando 400 milhões pelo ralo, mais de 50.

(É retirado o som)

Então, senhores, isso é fazer Oposição pelo gosto de fazer Oposição? Eu acho que isso é alertar o Governo do Estado, como nós alertávamos com relação à encampação, como nós alertávamos com relação ao Quadro de Cargos e Salários dos Professores, como nós alertávamos do descabimento e do despropósito de aumentar em 100% o salário dos Secretários de Estado! Isso é ter um pouco de serenidade num momento que estamos prestes a iniciarmos uma campanha eleitoral, e que todos nós, Parlamentares, temos que, efetivamente, isso é ter um pouco de seriedade. Nós não somos contra, mas nós queremos, sim, que o Doutor Stênio venha aqui, esse ilustre conhecedor de saneamento básico, que inclusive já foi Secretário de Obras, já dirigiu a Companhia de Saneamento lá no Estado de Santa Catarina, Blumenau, uma pessoa de capacidade inquestionável.

Nós queremos ouvir, por exemplo, aquele que eu reputo das pessoas mais preparadas do Estado do Paraná, Dr. Eron Arzua, com a sinceridade que lhe é totalmente peculiar, que Heron venha aqui dizer, como membro do Conselho de Administração da SANEPAR, que isto é um bom negócio para a SANEPAR e para o Governo do Estado. Se ele falar que isso é um bom negócio, a Oposição vota com o Governo do Estado, vota e apóia.

Se o Dr. Sérgio Botto efetivamente conseguir evidenciar que o Estado do Paraná tem competência para cumprir a Lei da Sociedade Anônima, nós deveremos nos curvar, mas, antes disso, Srs. Deputados, é extremamente temerário. Por quê? Porque eu não encontro justificativa plausível para essa insanidade!

Eu li aqui os argumentos do Dr. Sérgio Botto, e li os argumentos colocados na Lei da Sociedade Anônima. Então, não existe razão nenhuma para que o Governo queira efetivamente buscar levar adiante essa insanidade, não é razoável, não está efetivamente em nenhuma possibilidade!

Veja só a participação que o Governo tem hoje de 60%, com esse aumento de capital vai cair para 56,9%, basta os minoritários exercerem o seu direito de preferência, respaldados que estarão pela lei que regulamenta a matéria que é efetivamente a Lei da Sociedade Anônima.

No capital total, Deputado Stica, o Governo detém 52,5% das ações, enquanto os acionistas minoritários possuem apenas 47,50%. Vamos imaginar, então, que ao contrário, os minoritários não adquirissem a sua parte, e o Governo ficasse sozinho na subscrição dos 203 milhões de ações ordinárias ao preço já fixado de R\$1,95, nesse caso, e só nesse caso, porque esse é o raciocínio falso, equivocado, não só de V. Exa., mas que induziram o Governador do Estado do Paraná, a SANEPAR subiria de 60% para 76,5% do total da companhia. A participação então total do Governo, iria de 52,2 para 68,2%. Cada ponto percentual do aumento no controle acionário, custaria ao Governo do Estado a bagatela de 25 milhões de reais! E para que isso, Srs. Deputados? A troco do quê, se ele continuaria, como tem o Dr. Sérgio Botto afirmado aqui na sua contestação, já o controle acionário da SANEPAR? Se ele vai gastar 400 milhões de reais efetivamente a troco de nada, a troco de banana? Como se vê a intenção do Governo é confusa do ponto de vista administrativo, é irresponsável no aspecto das finanças públicas do Estado do Paraná. É ilegal pela legislação em vigor.

Sr. Presidente, não existe a mínima possibilidade de o Governo acertar nesse aumento de capital. Claro que o Governo tem maioria.

Tenho aqui um parecer da Comissão de Valores Imobiliários. Meu discurso pauta-se pela extrema seriedade e amparado que estou pela legislação em vigor e por pareceres.

Diz a CVM: “o preço de emissão das novas ações deve ser sempre justificado, de maneira clara e precisa. A justificativa do preço deverá constar clara do parecer que vier a ser expedido pelo Conselho.”

Estamos aqui votando uma lei sem exposição. Nenhum de nós sabe como o Governo chegou a esse fantasioso número de R\$1,95! Segue ainda: “o valor patrimonial de 3,22 das ações e as perspectivas e rentabilidade da Companhia e, ressaltando o preço das emissões fixados em 1,95, equivale aquele que vinha

sendo praticado na Bolsa de Valores nos primeiros pregões deste ano. O preço da emissão não atende ao disposto na Lei da Sociedade Anônima, pelo qual a emissão de ações nas condições propostas poderá resultar na diluição injustificada dos acionistas minoritários da SANEPAR.” E vai ainda: “cientificamos para todos os fins, que o não atendimento a essa solicitação de manifestação, acarretará em incidência de multa diária no valor de um mil, reais.”

A própria Comissão de Valores Imobiliários condena esse aumento de capital que a SANEPAR pretende fazer. Não podemos causar irresponsavelmente mais este prejuízo. Não quero aqui dizer, como disse o colega que me antecedeu na outra tribuna, que se trata de uma pilantragem ou picaretagem que estão fazendo. Aos olhos de quem está do outro lado do balcão, como entender que o Governo do Estado gasta 400 milhões de reais, desobriga a iniciativa privada de pagar a sua dívida, numa verdadeira transferência de recursos públicos para a iniciativa privada? Quem será que está levando vantagem nessa situação? Com certeza, não podemos dizer que é o Governo anterior. Com certeza, podemos chegar à conclusão que homem com a seriedade e honestidade do Governador Roberto Requião não está levando vantagem nesse negócio, para não dizer nessa negociata. Mas, com certeza, gasta-se 400 milhões de reais, o Grupo Dominó aumenta a sua participação acionária e ainda se desobriga de pagar a dívida para como Governo do Paraná!

Não sei, mas no passado, aquele que o nosso falecido Brizola chamava o “sapo barbudo” poderia dizer que era uma grande maracutaia. Não vejo como essa participação público-privada tão defendida pelo Governo Lula, inclusive, tem até um projeto tramitando no Congresso Nacional, possa ser tão desqualificada no Estado do Paraná. Não entendo como! Só entendo uma coisa: 400 milhões de reais estão indo pelo ralo por um raciocínio equivocado de que os minoritários não vão participar desse aumento de capital porque só nessa condição, o Governo passaria a ter uma participação maior. Mesmo assim o Procurador Geral diz, aqui, textualmente, que não há risco porque o Governo já detem mais de 50% do capital social, mais de 50% do capital votante e que, efetivamente, continuará tendo. Então, desvirtua ou desmistifica todo o discurso do Governo de que agora a SANEPAR é estatal. Então, não entendo. É o samba do crioulo doido!

Quero pedir o bom senso para que não votemos isso neste momento, no afogadilho. Nós estamos apresentando um requerimento convocando o Dr. Heron Arzua para amanhã cedo (já que a sessão deverá ser amanhã pela manhã para que ele venha à Assembléia Legislativa), que venha também o Dr. Sérgio Botto, que venha também o Dr. Stênio para nos explicar e se nos dermos por convencidos, se os argumentos forem efetivamente convincentes, se não houver risco ao erário público, nós votaremos, porque podemos estar equivocados.

dos, nós não somos os donos da verdade. De repente, a lei da gravidade como a Lei da Sociedade Anônima pode ser revogada por um decreto ou por uma lei da Assembléia Legislativa do Paraná.

Então, queremos pedir aos nobres Deputados para que não votemos em primeira votação, hoje. Vamos aguardar o Dr. Heron Arzua, o Dr. Stênio Jacob e o Dr. Sérgio Botto amanhã. Vamos entender melhor essa emblemática e tudo mais.

Faço um apelo em nome do bom senso, em nome do equilíbrio, para que nos abstenhamos de votar isso, hoje, porque isso só fortalece a Assembléia Legislativa. Vamos ouvir quem nós temos que ouvir quem nós temos que ouvir e, ao final, efetivamente, se tiver que votar, cada um vota de acordo com a sua convicção, mas com a consciência de não estar causando mais um prejuízo ao erário público.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encerrada a discussão e votação.

O SR. BARBOSA NETO

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Eu não poderia deixar, também, aqui, de subir a esta tribuna, com todo o respeito aos nobres Parlamentares que já estão cansados dessa discussão, mas ela é muito importante para que não partamos simplesmente direto para votação sem antes termos o cuidado de analisar todos os ângulos, já que, na verdade, estamos tratando de recursos volumosos, recursos públicos, diga-se de passagem.

Ouvi, aqui, atentamente, as ponderações, as ponderações feitas pelos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni e Natálio Stica, e como sou leigo neste assunto, não domino esta questão do mercado financeiro, à primeira vista, entendo que seria simpático, Deputado Valdir Rossoni, para aquele que estiver acompanhando essa nossa discussão. Claro, quem não quer um discurso nacionalista como este que nós estamos ouvindo por parte da Liderança do Governo? Afinal de contas, parece que todos nós temos em comum ou a grande maioria, como inimigo o anti-imperialismo, mas, Sr. Presidente, será que esse aumento de capital, o Paraná passando a ter o controle acionário da SANEPAR, mesmo sendo um discurso politicamente correto, será que na prática é assim mesmo que funciona?

Por isso, Deputado Durval Amaral, o senhor ponderou aqui a respeito do valor das ações que estariam abaixo da cotação de mercado, e é justamente, nesse ponto que temos que analisar com bastante cautela. Será que essas empresas privadas não terão realmente a oportunidade de conquistar a maioria ou aumentar essa participação societária e o Governo do Paraná não vai acabar perdendo com isso?

Como é que fica para o Estado? A nossa preocupação realmente tem que ser com os cofres públicos, não é isso, Deputado Ailton Araújo? Esse dinheiro não é nosso, Deputado Antonio Anibelli; é do povo! São quase quatrocentos milhões de reais e nada mais prudente do que ouvirmos aqui os responsáveis pelas finanças do nosso Estado. Aliás, mesmo ouvindo-os, temos que ficar um pouco “ressabiados” porque recentemente foi dado uma desculpa para não se aumentar retroativamente o salário dos professores do Estado, alegando justamente o impacto orçamentário na folha de receita, na arrecadação do Estado do Paraná.

Agora, a minha maior preocupação, Sras e Srs. Deputados, é que o Governo pode utilizar os recursos do PARANASAN de um banco japonês com recursos hoje de investimentos do Governo passado na ordem de 353.975 mil reais, para aumentar esse capital, tira o dinheiro do PARANASAN e eu pergunto: Como é que ficam as obras que estão programadas para que os Municípios sejam beneficiados com a melhoria do saneamento básico?

Essa é uma ponderação muito pertinente que devemos fazer na tarde de hoje. Será que nós vamos votar às cegas? Será que não estamos caindo num conto? Não seria até, um engodo proposital? Não, não acredito nessa versão! Confio inclusive no Governo, mas não basta apenas confiar cegamente. Precisamos de números. Precisamos de provas.

Volto a frisar aqui: O Governo errou recentemente quando fez calculos, e o impacto orçamentário era muito maior do que tinha sido apresentado anteriormente. Será que novamente vamos incorrer em erro ou ser induzidos a isso? Sem antes com acuidade, com sabedoria e com preparo acima de tudo, não deveríamos nos debruçar atentamente nessa questão ouvindo os técnicos do Governo do Estado?

Vamos estabelecer o contraponto para que tenhamos total segurança para votar.

Por isso, eu friso, por exemplo, Deputado Elio Rusch, o Governo disse recentemente que não havia recursos para se aumentar o salário dos professores de forma retroativa. Alegou também que por falta de recursos tinha que fechar cursos importantes do ensino superior do Estado do Paraná, prejudicando universidades como em Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel, mas agora encontra uma fórmula mágica e retira “um coelho da cartola” e aparece, como num passe de mágica, quase quatrocentos milhões de reais!

Quem será que está falando a verdade? Para a educação não tinha dinheiro, Deputado Nelson Tureck. Agora, para aumentar o valor e controlar o capital acionário da SANEPAR, esse dinheiro existe! São ponderações e, mais ainda, indagações que eu tenho que fazer.

Deputado Durval Amaral, o senhor domina esta matéria, o senhor é um Deputado experiente que lidera aqui a Oposição. Na condição de Deputado independente,

na condição de Deputado que representa uma cidade importante do nosso Estado em uma região que também tem essa preocupação, porque afinal de contas na nossa região existem mais de 10% dos habitantes do Estado do Paraná, nós temos que subir a esta tribuna e, acima de tudo, levar essas preocupações, essas ponderações, para que sejam colocadas em discussão nesta tarde de hoje.

Gostaria de dizer aqui, Sr. Presidente, o senhor que está presidindo a Sessão nesta tarde de hoje, o senhor que preside um Partido importante que hoje comanda o Governo Federal e que lançou esse projeto parceria público-privada que, no meu modo de ver, pode ser interessante para o nosso País quando há dificuldades de recursos, principalmente para investimentos em obras estruturais que o Brasil tanto necessita. Não vou entrar aqui no maniqueísmo de um discurso Oposicionista ou de Situação, não é aqui o nacionalismo versus o imperialismo...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, Sr. Presidente!

...que estamos discutindo na tarde de hoje, mas é um projeto de profundo interesse para todos nós e que nós não podemos, a toque de caixa, no final dos trabalhos legislativos deste semestre, que pode simplesmente ser votado, sob pena de comprometermos o nosso mandato, comprometermos as finanças públicas do Estado do Paraná.

Era este o pronunciamento que eu gostaria de fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna - gostaria de pedir um pouquinho mais de som, procurar falar um pouquinho mais baixo, até porque temos procurado, regimentalmente, convencer as pessoas que são responsáveis por essa lei para que nos dêem um tempo.

O que nós poderíamos perguntar aqui e nos perguntar também, Deputado Elio Rusch, é por que se tem tanta pressa para votar esse projeto? Essa é a pergunta que fica no ar.

Segundo, a proposta do Líder das Oposições, Deputado Durval Amaral, ele colocou aqui que gostaria de ouvir o Secretário Heron Arzua sobre essa questão. Eu me somo ao que ele disse e também gostaria de ouvir do Secretário Arzua qual é seu posicionamento e também esclarecer dúvidas sobre esse projeto. O que eu não entendo e não consigo compreender, Deputado Durval Amaral, é por que se tem tanta pressa? Se nós tínhamos

esse projeto na Casa, é natural que a Casa poderia ter dado uma oportunidade para que viessem aqui as pessoas responsáveis para encaminhar, para trazer aqui a clareza desse projeto, porque são quatrocentos milhões, Deputados Durval, que poderíamos investir em saúde, em educação, em transportes, porque todos nós temos conhecimento da situação em que se encontram hoje as rodovias do Paraná. Pode-se argumentar que é uma herança que foi recebida, mas sem nenhuma dúvida, se ficarmos aqui pensando que foi uma herança, passam os 4 anos, porque 40% desse atual Governo já se foi, e nada se fez para as rodovias do Paraná.

Por isso, nós encarecemos aqui à Liderança do Governo, encaremos aqui ao Líder do PT, para que tragam aqui a esta Casa o Secretário da Fazenda, para fazer esses esclarecimentos.

Não é mais possível num regime democrático e, esta Casa precisa, mais do que nunca, se fortalecer. Como? É mostrando que as questões aqui têm que ser discutidas.

Todos devem estar observando que nós estamos aqui usando de um meio regimental para procurar, através do cansaço, convencer o eminente Líder do Governo, os Deputados do Governo, para que nos dêem a oportunidade de questionar essa operação. Nada mais legítimo que isso. Pelo menos assegurar às minorias o direito do esclarecimento. O que nós queremos aqui, a minoria desta Casa, é deixar clara a nossa posição.

De repente, chega aqui o Secretário da Fazenda e esclarece as dúvidas coloca a sua posição clara, e ele merece crédito. De repente, convence a Oposição e votamos esse projeto por unanimidade e não precisa dessa obstrução!

Deputado Durval, acredito, sinceramente, que ainda há tempo; o Secretário poderia, neste momento, se deslocar para esta Casa, nós abriríamos uma exceção de alguns minutos, ele esclareceria aos Parlamentares e aí votaríamos com a consciência tranqüila.

Por isso, mais do que nunca, a Oposição não é contra o Paraná, a Oposição é a favor de votar projetos, que V. Exas. tenham a clareza de ter certeza absoluta, que amanhã esse projeto não possa se tornar contra nós, Parlamentares, porque nós já temos, na verdade, e me desculpem aqui a minha posição, uma fama de votarmos aqui todos os projetos que são importantes no último dia antes do recesso. Hoje não é o último dia, mas amanhã, o que vai acontecer nesta Casa, certamente não dignifica esta Casa; envergonha, porque já sabemos que tem na mesa ali um requerimento para transformar essa Casa em Comissão Geral.

Então, amanhã, projetos que não andaram aqui em um ano, vai andar em meio dia! A Sessão será pela manhã, às 10 horas, vai haver a resistência nossa de meia dúzia de Parlamentares exigindo apenas o esclarecimento, porque é óbvio, a maioria é clara, temos conhecimento, mas esse direito de ter aqui a posição do Governo,

de ter a posição do Secretário, nós não podemos abrir mão!

Não é possível, amanhã a CCJ não se reunirá, amanhã será dado aqui o parecer de vários projetos, todos no afogadilho!

Olha, tem uma questão que vamos votar aqui, Deputado Durval, e que até por respeito à CPI do Porto de Paranaguá não deveria ser votado, que é a questão das concessões, que já foi dado o parecer pelo Tribunal de Contas, contrário. E nós amanhã vamos votar um projeto que é inconstitucional, porque estaremos legislando sobre um Porto que é federal. É uma concessão ao Estado do Paraná. A Assembléia Legislativa vai legislar em cima do Porto de Paranaguá que é patrimônio federal, é da União. E estamos votando leis no afogadilho, na última hora, e o rolo compressor não deixa que as coisas fiquem claras. Não tenho dúvida que os Parlamentares do Governo concordam com a nossa posição. Também fico com a dúvida, que se todos Parlamentares que estão ausentes do Plenário neste momento, se pedíssemos para que um deles subisse à tribuna e esclarecesse a questão que estamos discutindo, certamente teríamos grandes dificuldades de compreender o seu encaminhamento!

Não é possível que vamos votar aqui uma questão de 400 milhões de reais, onde o Deputado Durval foi brilhante no seu encaminhamento, e agora nós que estamos aqui a implorar o silêncio do Governo, ao silêncio dos Deputados do Governo que não querem de forma nenhuma que seja esclarecido à Oposição!

Ouvi, Presidente, daquela tribuna, na posse do Governador, ele, daquela tribuna pediu aos Deputados de Oposição e aos Deputados de Situação, naturalmente mais aos Deputados de Oposição que fiscalizassem o Governo, que exigissem do Governo! E o que estamos exigindo aqui?

Nada de mais, apenas que venha a esta Casa o Secretário da Fazenda, que é um profundo entendedor dessa questão, um homem que em poucas palavras vai dirimir as dúvidas dos Deputados da Oposição! Isso demonstraria que as palavras do Governador foram verdadeiras, demonstraria o respeito a estes Deputados de Oposição, que somos em poucos, mas somos guerreiros, estamos aqui para ajudar a esclarecer. Não tenho dúvida, mesmo com o silêncio do Governo e com as posições aqui colocadas pelos Deputados da Oposição, certamente vários Deputados já estão sabendo que são 400 milhões que vamos investir na SANEPAR, e poderíamos investir em outros setores e que vem totalmente contra a política que está sendo implantada pelo Governo Federal.

O PPP, que está no Senado da República e que temos acompanhado o encaminhamento desta questão, nada mais é, nada menos é do que a participação da iniciativa privada em projetos públicos, porque todos nós sabemos, estamos indo contra a realidade. Será que o Governo Federal está certo com o seu PPP ou será que é o Paraná que está certo? Esta é a pergunta que fica no ar. Está certo o Governo Federal. Está certo o Paraná.

Porque o Paraná está fazendo ao contrário do que o Governo Federal quer fazer. O Governo Federal vai aos Estados Unidos e pede investimentos para o Brasil. Nós, aqui, pegamos o dinheiro público e investimos em uma empresa, enquanto poderíamos ter outras prioridades. Não há lugar deste Estado que não precise de sala de aula. Não há lugar neste Estado que não precise arrumar uma estrada. Não precisaria ter-se fechado os cursos que o foram, porque recursos existem. Há tantas prioridades e não pode ser votado um projeto dessa forma, como está sendo votado!

Agradeço, Sr. Presidente, por me ter concedido mais alguns minutos, para colocar aqui a nossa posição e o nosso encaminhamento.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Volto a lembrar, que amanhã teremos Sessão, às 9h30 da manhã e precisaríamos votar a pauta da Ordem do Dia, no devido prazo.

Em votação, o requerimento dos Deputados Durval Amaral e Natálio Stica, que requerem antecipação da Sessão Ordinária de amanhã, 29 de junho, para o período da manhã.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de lembrar, aqui, repetindo o pronunciamento que usei na tribuna desta Casa, que é uma matéria muito importante, para que no afogadilho acabe votando, sem antes extenuarmos as nossas forças e que tenhamos uma posição definida, já que se trata de 400 milhões de reais. É um projeto muito importante!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não temos Questão de Ordem a resolver.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, serei breve.

Foi votado, é para justificativa de voto, porque o meu voto é contrário. Nós não tínhamos essa Sessão pela manhã, à qual concordo. Tenho um compromisso até às dez horas. Daria tempo para que o Parlamentar chegasse à Sessão, porque votaremos aqui projetos importantíssimos.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Consulto aos dois líderes, se poderíamos marcar para as dez horas.

Por acordo, a Sessão será às dez horas.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli, por dez minutos, para encaminhar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Junho de 2004, século XXI. Temos no Poder da República um Partido Progressista, um Presidente que vem da classe trabalhadora. Um homem que foi eleito com mais de 60 milhões de votos e que traz uma esperança para o povo brasileiro. Um homem que durante sua trajetória política causou algum medo a alguns segmentos da população. Se nós lembrarmos, no decorrer de 2002, tivemos a maior disparada do dólar da história brasileira.

Tudo isto porque diziam que se o então candidato Lula fosse eleito, o Brasil iria à bancarrota, que o País iria se desestruturar totalmente, que o País não cumpriria com seus contratos internacionais. O risco-Brasil disparou, chegou a três mil pontos. Sabemos que a cada cem pontos de aumento do risco-Brasil, o País tem que pagar 1% de juros, além da taxa média de mercado, ou seja, a “prime rake” ou outra taxa usada pelos banqueiros internacionais.

Vejam o que aconteceu: assume o Presidente Lula. Tem no seu Ministério da Fazenda um médico, mas um homem com uma visão de futuro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e não um homem que enxerga só o seu umbigo. Médico, que tem visão econômica e tem visão de futuro. Implanta um projeto econômico que faz com que o País possa retornar aos trilhos do desenvolvimento. Respeita todos os contratos. Não desvia uma vírgula, sequer, dos contratos que foram assinados, porque sabe da necessidade que tem um País em ter credibilidade internacional. Não fosse assim, nós teríamos, certamente, uma grande confusão neste País.

Por outro lado, no Estado do Paraná, ganha as eleições um candidato que na verdade foi alçado ao Poder pelas mãos do Lula. Todos nós sabemos que o Governador Roberto Requião só ganhou as eleições no 2º turno, porque seu maior cabo eleitoral foi o Presidente Lula, que veio à televisão e hipotecou seu apoio ao então candidato Roberto Requião.

E Roberto Requião é um advogado, jornalista, também da linha progressista; imaginava-se que fosse um homem avançado. E o que nós estamos assistindo, hoje, Sr. Presidente, mais precisamente já assistimos neste ano e meio de Governo de Roberto Requião, é um retrocesso. Um retrocesso inexplicável. Não podemos aceitá-lo!

Muito bem colocado, aqui, pelo ilustre Deputado Valdir Rossoni, quando fala do PPP, as parcerias público-privadas. Entende o Governo Federal que o Tesouro está exaurido. Não existem mais recursos para que o Poder Público possa investir em setores fundamentais para a estruturação e o desenvolvimento do nosso País. Serão nos portos, em ferrovias, em rodovias, em hidrovias, nós precisamos cada vez mais avançar na nossa infra-estrutura, para que possamos produzir, para que possamos cada vez mais, fazer deste um País que exporte produtos primários, mas também produtos industrializados.

As parcerias público-privadas são de fundamental importância. Discute-se no Congresso Nacional, tenho certeza que será aprovado. É claro que há necessidade de uma regulamentação e uma regulação muito estreita, muito precisa, com muita sintonia, nós sabemos que o Poder Público precisa ter instrumentos para fiscalizar aquilo que faz em parceria ou aquilo que concede à iniciativa privada.

Vejam só o que assistimos, um Governo do Estado, infelizmente, do meu Estado do Paraná. Deveria pegar seus recursos públicos e investir em infra-estrutura! Não! Deputado Nelson Tureck, o senhor é um Deputado brilhante, um homem versado nos números, um contador respeitado, sabe que uma empresa tem que dar lucro, e o Poder Público também tem que dar! É a qualidade de vida da população é a população que tem que ter escolas, tem que ter bom atendimento médico, tem que ter boas rodovias, apoio à agricultura, apoio ao desenvolvimento das crianças.

Pois, bem, nós precisamos de tudo. Hoje tive oportunidade de fazer um pronunciamento da falta de recursos - no setor da Saúde, que carece de recursos. Hospitais estão pedindo descredenciamento, ou seja, não irão mais oferecer leitos ao SUS. E quem usa o SUS, são aquelas pessoas que mais precisam, que não têm dinheiro para pagar particular ou não têm dinheiro para pagar um plano de saúde. Hoje o Estado sofre por falta de leitos, por falta de oportunidades das pessoas tratarem a sua saúde. Falta dinheiro, as nossas estradas precisam ser conservadas, precisam ser restauradas. E nós assistimos um Governo que vem por vontade exclusiva do Governador, por teimosia, por querer demonstrar que tem a força, que tem o mandato e que pode, simplesmente, pegar 400 milhões de reais, que a SANEPAR deveria começar a fazer o pagamento, que é um recurso que o Governo do Estado colocou como contrapartida do PROSAN, é um dinheiro que o último Governo colocou como contrapartida para a SANEPAR. Agora, como ela tem acionistas, é uma empresa de economia mista, claro que tem que devolver para o Estado. E deveria devolver agora os 400 milhões!

E aí, o governador Requião diz: nós vamos aumentar o capital da empresa com este dinheiro, como se o Estado tivesse nadando em dinheiro!

Então queria dizer aos Srs. Deputados da Base do Governo, que têm que exigir do Governo do Estado mais investimentos em suas regiões, não empréstimos, como tem sido feito, como é costumeiro o Governo fazer.

(É retirado o som)

Então vejam os senhores, o Estado vai até os Municípios, soltam foguetes para que o prefeito assine o empréstimo do Paraná Urbano, endividando o Município.

O justo, o lógico seria, se tem dinheiro sobrando para aumentar o capital da SANEPAR, porque não é necessário, nós sabemos que com 30, 31% o Governo

mantém o controle acionário da empresa. Ele vai e pega 400 milhões que poderiam ser aplicados na saúde, na educação, nas estradas, e vai colocar lá na SANEPAR para aumentar o capital, para satisfazer a vaidade do Governador em dizer que o Governo do Estado é o sócio majoritário com 70, 80%.

Isso, na verdade, são pessoas que carregam ainda os antolhos do atraso do passado, que não enxergam o futuro, que não sabem que o País é outro, que o mundo é outro e que nós devemos evoluir, que o povo não suporta mais pagar impostos. O povo não suporta mais pagar, por exemplo, esta famigerada taxa mínima da SANEPAR, que inclusive existe uma lei, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de nossa autoria, que foi aprovada, e que o Estado não está cumprindo, e que é motivo de uma ação popular movida contra o Estado. Ele cobra uma taxa mínima de dez metros cúbicos, ou seja dez mil litros por mês, gaste ou não, a pessoa tem que pagar em cima disso, mais 80% referente a taxa de esgoto.

Esta é a SANEPAR que se diz ser do povo do Paraná e que o Governador que colocar mais 400 milhões, e que, dia desses eu chegando lá na minha cidade, conversando com as cozinheiras de uma churrascaria, falaram! Deputado, aonde está aquela lei que o senhor aprovou? Veja, eu gasto três metros cúbicos por mês, e eu sou pobre também, só que eu não entro nessa tal de tarifa social. Agora, eu tenho que pagar por dez, e aí mais 80% da taxa de esgoto.

Esta é a SANEPAR que é do povo do Paraná.

Eu pediria aos deputados, ponham a mão na consciência, os senhores que andam pelas cidades e sabem das dificuldades que as pessoas têm em conseguir atendimento de saúde, em pagar a sua conta de água. Não é justo, não é correto o Estado colocar mais 400 milhões na SANEPAR!

Para concluir, Sr. Presidente, só queria pedir a todos os Deputados que votassem com a consciência do dever cumprido, da defesa dos interesses do povo do Paraná. Que este dinheiro vá para outras áreas!

Teremos a maior satisfação em aprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é uma grande preocupação.

Eu vou aqui relatar, fazer uma análise sobre como eu vejo a questão da iniciativa privada do Estado, em especial, Sr. presidente e Srs. Deputados. No mundo dos negócios a grande maioria das empresas têm no lucro um dos resultados do seu trabalho, da sua competência da sua gestão. Essa é a regra que vale para a iniciativa privada. Quando o Estado controla empresas públicas, as regras do setor também devem valer, sobretudo se a empresa pública tiver ações negociadas em Bolsa, como é caso da nossa empresa de saneamento, a SANEPAR, que tem sócios privados e as ações são negociadas na Bolsa de Valores, Sr. Presidente.

Agora, vejam bem, desde o ano de 1996, a SANEPAR vem obtendo lucros ao final de cada exercício financeiro. Em 2002 foram 140 milhões de reais de lucro: no ano de 2003, mais de 260 milhões de reais de lucro. Aliás, no ano de 2003 houve até uma inversão curiosa., Pela primeira vez, nos últimos dez anos, o lucro da SANEPAR, foi maior do que os investimentos realizados, que ficaram em 251 milhões, ou seja 9 milhões de reais acima do valor obtido com lucro na empresa. Mas, o mundo dos números sempre tem as surpresas. E, neste caso, a surpresa é que o governo do Estado do Paraná, não retirou os dividendos que teria de direito sobre os lucros da SANEPAR. Não retirou do ano de 2002 e 2003. Estão lá parados 88 milhões de reais. São 88 milhões que não estão sendo investidos pela SANEPAR e que fazem falta na construção de moradias, de transporte escolar, na melhoria da saúde, na segurança pública, na recuperação de estradas. São 35 milhões de lucro no ano de 2002 e mais 53 milhões de reais de lucro do ano de 2003!

Pasmem, os sócios privados da SANEPAR, tão criticados pelo Governo, são os acionistas e já retiraram os seus lucros e dividendos. E o Governo não retirou ainda seus 88 milhões de reais, que está lá disponível.

Agora aqui quero fazer a denúncia e quero que o Deputado Tadeu Veneri, que é presidente da Comissão de Educação nesta Casa, possa ouvir. Sabe o motivo de o Governador não retirar os 88 milhões de reais da SANEPAR? Ele não queria aumentar a Receita Corrente Líquida do Governo do Estado do Paraná, e assim não pagar o aumento dos salários retroativos dos professores do Paraná!

Estamos encaminhando um requerimento ao Governo do Estado do Paraná buscando as informações ao Secretário da Fazenda sobre os dividendos da SANEPAR.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

A questão regimental está colocada no artigo 86 do nosso Regimento Interno que diz: “a duração da Sessão Extraordinária se dará por duas horas e trinta minutos”. Começou às 17 horas. Portanto, já são 19h37min. razão pela qual deve ser encerrada.

Não há requerimento na mesa e não se justifica mais o prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não há requerimento na mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 29, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2004

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº s 360 e 724/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 081/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 167, 076 e 206/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 018 e 020/2004.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero comunicar aos Sr. Parlamentares que a Sessão de hoje está encerrada, conforme decisão do Presidente André Vargas, e amanhã estão convocados todos os Parlamentares para às 10h00.

Nós teremos uma Sessão Ordinária às 10h00, depois duas Extraordinárias, depois, provavelmente, a antecipação da Sessão de quarta-feira, Ordinária, para amanhã mesmo e, se tiver necessidade, posteriormente a essa Sessão Ordinária, teremos mais duas Sessões Extraordinárias.

Então, peço a colaboração de todos os Parlamentares para que estejam presentes para que possamos começar amanhã no horário, às 10h00.

Levanta-se a Sessão.